



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
Diretoria de Administração  
Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças  
Coordenação de Gestão Administrativa  
Seção de Atividades Administrativas Auxiliares

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 330/2020-SAD/CGA/COGAF/DIRAD**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

***SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM***

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 59004.000124/2020-50)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de 59 tapetes/capachos, que totalizam 101,09 m<sup>2</sup>, para uso nas diversas dependências da SUDAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	QUANTIDADE (UNIDADES)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	TAPETE TIPO CAPACHO EM FIBRA VINÍLICA ENTRELAÇADA, FUNDIDA SOBRE COSTADO SÓLIDO (NÃO ESPUMADO) EM VINIL FLEXÍVEL, RESISTENTE, NÃO DEFORMÁVEL, ANTIDERRAPANTE, TÉRMICO, ANTICHAMA, RESISTENTE/ABSORVENTE DE ÁGUA, DE FÁCIL MANUTENÇÃO, LAVÁVEL, RECICLÁVEL, COM INIBIDOR DE SURTIMENTO DE FUNGOS, PERSONALIZADO PELO SISTEMA DE VULCANIZAÇÃO (NÃO É PINTADO NEM COLADO), PERSONALIZAÇÃO COM CORES, IMAGENS, TEXTOS E MEDIDAS INDIVIDUAIS A SEREM DEFINIDAS PELA SUDAM APÓS A CONTRATAÇÃO. GARANTIA DE 1 ANO PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO, ENTREGA EM ATÉ 30 DIAS CONTADOS À PARTIR DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO.	150236	59	METRO QUADRADO	101,09

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Esta aquisição justifica-se pela necessidade de substituição dos capachos existentes utilizado na sede administrativa da SUDAM que apresentam desgastes naturais decorrentes do uso diário, devido ao intenso tráfego de pessoas além da necessidade de aquisição de novos tapetes para áreas/loais da SUDAM que hoje não contam com este item.

2.2 A quantidade estimada para aquisição foi levantada pela unidade Coordenação de Gestão Administrativa – CGA, conforme o detalhamento abaixo:

METRAGEM PARA USO NAS UNIDADES DA SUDAM				
TAPETE	MEDIDAS	M <sup>2</sup> UNITÁR	QUANT	M <sup>2</sup> TOTAL
PEQUENO	117cm X 78,5cm	0,92	1	0,92
MÉDIO	130cm X 89cm	1,16	10	11,57
GRANDE	193cm X 115cm	2,22	6	13,32
SOMA				25,81

METRAGEM PARA USO NOS ELEVADORES SOCIAIS				
TAPETE	MEDIDAS	M <sup>2</sup> UNITÁR	QUANT	M <sup>2</sup> TOTAL
ENTRADA	3,65 m X 1,25 m	4,56	10	45,60
INTERNO	1,87 m X 1,16 m	2,17	4	8,68
SOMA				54,28

METRAGEM PARA USO NO ELEVADOR PRIVATIVO				
TAPETE	MEDIDAS	M <sup>2</sup> UNITÁR	QUANT	M <sup>2</sup> TOTAL
ENTRADA	0,68 m X 1,16 m	0,79	10	7,90
INTERNO	0,96 m x 0, 83 m	0,80	4	3,20
SOMA				11,10

METRAGEM PARA USO NO ELEVADOR DE SERVIÇO				
TAPETE	MEDIDAS	M <sup>2</sup> UNITÁR	QUANT	M <sup>2</sup> TOTAL
ENTRADA	1,10 m X 0,50 m	0,55	10	5,50
INTERNO	1,00 m X 1,10 m	1,10	4	4,4
SOMA				9,90

SOMA METRAGEM TOTAL ELEVADORES (M <sup>2</sup> )	75,28
SOMA METRAGEM TOTAL UNIDADES SUDAM (M <sup>2</sup> )	25,81
<b>SOMA DA METRAGEM TOTAL A SER ADQUIRIDA (M<sup>2</sup>)</b>	<b>101,09</b>
<b>SOMA DO TOTAL DE TAPETES/CAPACHOS (UNIDADES)</b>	<b>59</b>

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Trata se aquisição de materiais comuns, de acordo com o parágrafo único do Art. 1º da Lei 10.520/2002.

3.2. O fornecimento dos bens previstos neste Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **4. A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ CONTER:**

- 4.1. Nome da firma participante, com sua qualificação.
- 4.2. Declaração de que os preços cotados incluem impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os respectivos bens.
- 4.3. Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da mesma.
- 4.4. Assinatura do representante legal ou procurador devidamente constituído.
- 4.5. Indicação expressa e nominal do representante legal, apto para assinar possível contratação, com a sua respectiva qualificação jurídica.
- 4.6. Indicação expressa do endereço para entrega de correspondência oficial.
- 4.7. Apresentação de habilitação jurídica: certidões (Receita Federal, INSS, FGTS, e CNDT) e parcial (Fazenda Estadual).
- 4.8. Apresentação da declaração, conforme modelo:

#### **“ D E C L A R A Ç Ã O ”**

**XXXXXXXXXXXXXXXXX (empresa), inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXX, com sede a XXXXXXXXXXXXX por intermédio de seu representante legal, em cumprimento ao solicitado que DECLARA, sob as penas da lei que:**

**1 – Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.**

**2 – Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27 da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.**

**Belém, xxx de xxx de xxxx**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ/MF nº. xxxxxx**

#### **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1 O prazo de entrega do material será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir data do recebimento da Nota de Empenho.

5.2 O endereços para a realização da entrega é na sede administrativa da SUDAM, cito a Travessa Antonio Baena Nº 1.113 – Bairro do Marco – Belém do Pará – CEP: 66093-082.

5.3 Em qualquer caso, deverá o fornecedor agendar a entrega previamente, por meio dos telefones (091) 4008-5551 / 4008-5697.

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do

prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

5.8 O prazo de garantia dos produtos não poderá ser inferior a 01 (um) ano, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega e sua instalação, mesmo após sua aceitação pelo Departamento Geral do Pessoal.

5.8.1. A licitante vencedora será responsável pela substituição, troca ou reposição, no caso de produtos entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

5.8.2. A substituição de produtos que apresentem não conformidade será por outro em estreita conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, sem custo adicional para o Contratante

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.2. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.5. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.3. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.6. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.7. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left( \frac{6}{100} \right) \cdot \frac{I = 0,00016438}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Não serão admitidos pleitos de reajustes/reequilíbrio econômico pela Contratada, considerando que a vigência contratual será de 12 meses.

### **13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme prática comercial estabelecida para este tipo de aquisição.

13.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

13.3. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do objeto das dependências da Administração pela Contratada.

13.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.5. Decorrido o prazo substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar a substituição do bem, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.6. O custo referente ao transporte cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.1.6. não mantiver a proposta.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.3.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

14.3.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

15.1. O custo unitário estimado da contratação será de R\$ 170,95 (cento e setenta reais e noventa e cinco centavos) o valor do metro quadrado adquirido, o que totalizaria o valor estimado para a aquisição de 59 (cinquenta e nove) unidades de tapetes/capachos, totalizando 101,09 m<sup>2</sup>, ao custo total de referência de R\$ 17.281,36 (dezesete mil duzentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos).

## **16. DA MODALIDADE:**

16.1. Dispensa de Licitação em razão do valor abaixo do limite estabelecido no Decreto 9412, de 18 de junho de 2018, atualmente em R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais);

## **17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

17.1. A despesa decorrente desta aquisição correrá à conta dos recursos específicos consignados à SUDAM, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2020 conforme abaixo:

Programa de trabalho: 04122003220000001

Natureza da despesa: 449052

Fonte: 0100

Belém/PA, 02 de setembro de 2020.

---





Documento assinado eletronicamente por **Ivan Lima Araujo, Analista Técnico Administrativo**, em 02/09/2020, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Vilmara Ferreira Salgado, Coordenador**, em 02/09/2020, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Silmara Maria Resque Rosa Goes, Coordenador-Geral**, em 02/09/2020, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Matos dos Santos, Diretor**, em 02/09/2020, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0277510** e o código CRC **222A9AAD**.

---